- c) Depósitos a prazo de cento e oitenta e um dias a um ano 7 1/2
 d) Depósitos a prazo superior a um ano e até dois anos 8 1/2

1.7 — Contas constituídas em libras esterlinas:

- a) Depósitos com pré-aviso de trinta a noventa dias 5 1/2
 b) Depósitos a prazo de cento e oitenta dias 7 1/2
 c) Depósitos a prazo de cento e oitenta e um dias a um ano 9
 d) Depósitos a prazo superior a um ano e até dois anos 10

1.8 — Contas constituídas em francos suíços:

- a) Depósitos com pré-aviso de trinta a noventa dias 2 1/2
 b) Depósitos a prazo de cento e oitenta dias 4
 c) Depósitos a prazo de cento e oitenta e um dias a um ano 4 1/2
 d) Depósitos a prazo superior a um ano e até dois anos 5 1/2

2 — Aos mencionados depósitos, quando o seu montante ou contravalor for superior a 50 000 dólares dos EUA, serão abonadas taxas de juro determinadas, caso a caso, pelo Banco de Portugal, para a sua constituição ou renovação.

Secretaria de Estado do Tesouro, 24 de Fevereiro de 1978. — O Secretário de Estado do Tesouro, *Herlânder dos Santos Estrela*.

Aviso

No uso da competência que, como banco central, lhe foi atribuída pelo artigo 16.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 644/75, de 15 de Novembro, o Banco de Portugal, em regulamentação do previsto no artigo 28.º, n.º 1, alínea b), daquela Lei Orgânica, e em conformidade com o estabelecido no n.º 5 da Portaria n.º 138/76, de 12 de Março, comunica o seguinte:

As taxas de juro a abonar aos depósitos a prazo de emigrantes não poderão ser superiores aos seguintes limites:

	Porcentagem
1 — Contas constituídas em deutsche Mark:	
a) Depósitos a prazo de seis meses	6 1/2
b) Depósitos a prazo de um ano	7
2 — Contas constituídas em francos belgas:	
a) Depósitos a prazo de seis meses	8
b) Depósitos a prazo de um ano	8 1/2
3 — Contas constituídas em dólares canadianos:	
a) Depósitos a prazo de seis meses	9
b) Depósitos a prazo de um ano	9 1/2

4 — Contas constituídas em dólares dos EUA:

- a) Depósitos a prazo de seis meses 8 1/2
 b) Depósitos a prazo de um ano 9

5 — Contas constituídas em francos franceses:

- a) Depósitos a prazo de seis meses 8
 b) Depósitos a prazo de um ano 8 1/2

6 — Contas constituídas em florins:

- a) Depósitos a prazo de seis meses 7
 b) Depósitos a prazo de um ano 7 1/2

7 — Contas constituídas em libras esterlinas:

- a) Depósitos a prazo de seis meses 7 1/2
 b) Depósitos a prazo de um ano 9

8 — Contas constituídas em francos suíços:

- a) Depósitos a prazo de seis meses 4
 b) Depósitos a prazo de um ano 4 1/2

Fica revogado o aviso do Banco de Portugal publicado no *Diário da República*, 1.ª série, de 28 de Fevereiro de 1977.

Secretaria de Estado do Tesouro, 24 de Fevereiro de 1978. — O Secretário de Estado do Tesouro, *Herlânder dos Santos Estrela*.

Gabinete do Secretário de Estado

Aviso

O aviso do Banco de Portugal publicado no suplemento ao *Diário da República*, n.º 16, de 19 de Janeiro de 1978, relativo às disponibilidades de caixa das instituições de crédito e regras de valorimetria patrimonial não considerou, em toda a sua extensão, a especificidade das instituições especiais de crédito, pelo que se torna necessário proceder a alguns reajustamentos que podem, igualmente, interessar às instituições de crédito em geral.

Nestes termos, e em conformidade com a competência que, como banco central, lhe foi atribuída pelo artigo 16.º da sua Lei Orgânica, e considerando o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 27.º e na alínea e) do artigo 28.º da aludida Lei Orgânica, determina o seguinte, para cumprimento por todas as instituições de crédito:

1.º A redacção da alínea d) do n.º 2 do n.º 2.º passa a ser a seguinte:

- 2.º — 1 —
 2 —

- a)
 b)
 c)
 d) As responsabilidades para com o sector público (organismos da Administração Central, local e de previdência social).
 cial).

2.º O corpo do n.º 6.º passa a constituir um n.º 1, sendo acrescentado um n.º 2 com a redacção seguinte:

- 6.º — 1 —
- a)
- b)

2 — As responsabilidades a que se refere o anterior n.º 1, no caso das instituições de crédito que só praticam crédito a mais de um ano, podem ser cobertas com valores activos, expressos em moeda nacional, representativos de operações realizáveis por prazo superior a um ano.

3.º A redacção do n.º 8.º passa a ser a seguinte:

8.º As instituições de crédito, com excepção dos bancos de investimento, são obrigadas a incluir no seu activo títulos de dívida pública nacional ou títulos de obrigação garantidos pelo Estado, cujo valor global, determinado segundo os respectivos valores de aquisição, não poderá ser inferior a 5 % do total das responsabilidades por depósitos em moeda nacional e estrangeira.

4.º A redacção da alínea e) do n.º 9.º passa a ser a seguinte:

- 9.º
- a)
- b)
- c)
- d)
- e) O valor dos títulos nacionais que não sejam participações financeiras deve ser o que resultar da sua última cotação em bolsa que tenha tido lugar nos seis meses precedentes ou, na sua falta, o valor de aquisição. Tratando-se de obrigações do Estado ou outras equiparadas, deve ser considerado o menor dos valores de aquisição ou nominal. No caso de acções de empresas nacionalizadas, deve ser considerado o valor de aquisição até que venha a ser fixado o valor de indemnização.
- f)
- g)
- h)
- i)

Ministério das Finanças e do Plano, 24 de Fevereiro de 1978. — O Secretário de Estado do Tesouro, *Herlânder dos Santos Estrela*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Serviços Judiciários

Portaria n.º 135/78
de 10 de Março

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 251.º do Estatuto Judiciário,

que o quadro do pessoal do Tribunal da Comarca do Barreiro seja aumentado com uma secção de processos, com a seguinte composição:

- Um escrivão de direito.
Um ajudante de escrivão.
Um escriturário-dactilógrafo.
Um oficial de diligências.

Ministério da Justiça, 23 de Fevereiro de 1978. — O Ministro da Justiça, *José Dias dos Santos Pais*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos

Aviso

Por ordem superior se torna pública a lista actualizada dos Estados e Organizações Partes no Acordo sobre a Recolha de Astronautas e de Objectos Lançados no Espaço e respectiva data de ratificação, adesão, notificação de sucessão ou declaração de aceitação:

Agência Espacial Europeia, 31 de Dezembro de 1975; Argentina, 26 de Março de 1969; Áustria, 19 de Fevereiro de 1970; Baamas, 13 de Agosto de 1976; Bélgica, 15 de Abril de 1977; Botswana, 18 de Abril de 1969; Brasil, 27 de Fevereiro de 1973; Bulgária, 16 de Abril de 1969; Canadá, 20 de Fevereiro de 1975; Chipre, 20 de Janeiro de 1971; Checoslováquia, 18 de Fevereiro de 1969; Dinamarca, 6 de Maio de 1969; Equador, 7 de Março de 1969; Estados Unidos da América, 3 de Dezembro de 1968; Fiji, 18 de Julho de 1972; Finlândia, 10 de Setembro de 1970; França, 31 de Dezembro de 1975; Gabão, 2 de Abril de 1969; Grã-Bretanha, 3 de Dezembro de 1968; Hungria, 4 de Junho de 1969; Irão, 21 de Dezembro de 1970; Irlanda, 6 de Setembro de 1968; Islândia, 4 de Dezembro de 1969; Israel, 19 de Dezembro de 1969; Jugoslávia, 1 de Março de 1971; Koweit, 7 de Junho de 1972; Líbano, 30 de Junho de 1969; Madagáscar, 11 de Fevereiro de 1969; Maldivas, 3 de Abril de 1970; Marrocos, 21 de Dezembro de 1970; Mauritânia, 16 de Abril de 1969; México, 11 de Março de 1969; Nepal, 11 de Julho de 1968; Níger, 15 de Janeiro de 1969; Noruega, 20 de Abril de 1970; Nova Zelândia, 8 de Julho de 1969; Paquistão, 18 de Outubro de 1973; Polónia, 14 de Fevereiro de 1969; Portugal, 25 de Março de 1970; República da África do Sul, 6 de Outubro de 1969; República da China, 15 de Junho de 1973; República da Coreia, 4 de Abril de 1969; República Federal da Alemanha, 17 de Fevereiro de 1972; Roménia, 28 de Junho de 1971; S. Marinho, 31 de Agosto de 1970; S. Salvador, 19 de Fevereiro de 1970; Singapura, 10 de Setembro de 1970; Suazilândia, 9 de Junho de 1969; Suécia, 21 de Julho de 1969; Suíça, 18 de Dezembro de 1969; Tailândia, 30 de Maio de